

# Relatório E Contas Consolidadas 2021





Pousada da Juventude da  
Caldeira de Santo Cristo, Lda

## ÍNDICE

<b>1. Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Empresa – Informação Geral</b>	<b>7</b>
<b>1.2. Órgãos Sociais</b>	<b>11</b>
<b>2. Nota Introdutória</b>	<b>14</b>
<b>3. Relatório de Atividades de 2021</b>	<b>16</b>
<b>3.1. Santa Maria</b>	<b>17</b>
<b>3.1.1. Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores</b>	<b>17</b>
<b>3.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+)</b>	<b>17</b>
<b>3.1.3. Iniciativas Promotoras do Empreendedorismo</b>	<b>19</b>
<b>3.1.4. Trabalhos realizados</b>	<b>20</b>
<b>3.1.5. Investimentos na Incubadora de Empresas</b>	<b>21</b>
<b>3.1.6. Edifício Comercial "A Cantina"</b>	<b>22</b>
<b>3.2. Graciosa</b>	<b>22</b>
<b>3.2.1. Hotel da Graciosa</b>	<b>22</b>
<b>3.3. Flores</b>	<b>25</b>
<b>3.3.1. Hotel das Flores</b>	<b>25</b>
<b>3.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão</b>	<b>26</b>
<b>3.4. São Jorge</b>	<b>26</b>
<b>3.4.1. Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo</b>	<b>26</b>
<b>3.5. Resumo dos Investimentos em Santa Maria e Graciosa</b>	<b>27</b>
<b>3.6. Campos de Golfe de São Miguel</b>	<b>27</b>
<b>3.6.1. Investimentos nos Campos de Golfe São Miguel</b>	<b>28</b>
<b>3.7. Campo de Golfe da Terceira</b>	<b>31</b>

<b>3.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial</b>	<b>32</b>
<b>3.8.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores</b>	<b>32</b>
<b>3.8.2. Linha de Crédito Açores Investe II</b>	<b>33</b>
<b>3.8.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II</b>	<b>33</b>
<b>3.8.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez</b>	<b>34</b>
<b>3.8.5. Medidas de Apoio ao Emprego</b>	<b>35</b>
<b>4. Funcionamento e Financiamento da Atividade</b>	<b>36</b>
<b>5. Recursos Utilizados</b>	<b>37</b>
<b>5.1. Recursos Humanos</b>	<b>37</b>
<b>5.2. Recursos Técnico-Investimentos</b>	<b>37</b>
<b>6. Situação Económica - Financeira</b>	<b>37</b>
<b>6.1. Situação Económica</b>	<b>37</b>
<b>6.1.1. Proveitos</b>	<b>37</b>
<b>6.1.2. Custos</b>	<b>38</b>
<b>6.1.3. Resultados</b>	<b>38</b>
<b>6.2. Situação Financeira</b>	<b>38</b>
<b>6.3. Dados Económico – Financeiros</b>	<b>39</b>
<b>6.4. Indicadores Económico – Financeiros</b>	<b>40</b>
<b>7. Factos Relevantes após o Termo do Exercício</b>	<b>40</b>
<b>8. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social</b>	<b>40</b>
<b>9. Perspetivas</b>	<b>40</b>
<b>10. Agradecimentos</b>	<b>41</b>
<b>11. Contas</b>	<b>44</b>
<b>11.1. Balanço em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>45</b>



<b>11.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>46</b>
<b>11.3. Demonstração de fluxos de caixa consolidados</b>	<b>48</b>
<b>11.4. Demonstração Consolidada das alterações de património líquido</b>	<b>49</b>
<b>11.5. Anexo às Demonstrações Financeiras</b>	<b>51</b>
<b>1. Identificação da Entidade</b>	<b>52</b>
<b>2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras</b>	<b>52</b>
<b>2.1. Bases de apresentação</b>	<b>52</b>
<b>2.2. Derrogação das Disposições do SNC</b>	<b>53</b>
<b>2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras</b>	<b>53</b>
<b>3. Principais Políticas Contabilísticas</b>	<b>53</b>
<b>3.1. Consolidação</b>	<b>54</b>
<b>3.2. Conversão Cambial</b>	<b>54</b>
<b>3.3. Ativos fixos tangíveis</b>	<b>56</b>
<b>3.4. Ativos fixos intangíveis</b>	<b>56</b>
<b>3.5. Imparidade de ativos não financeiros</b>	<b>56</b>
<b>3.6. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)</b>	<b>57</b>
<b>3.7. Inventários</b>	<b>58</b>
<b>3.8. Clientes e dívidas de terceiros</b>	<b>58</b>
<b>3.9. Caixa e seus equivalentes</b>	<b>58</b>
<b>3.10. Capital</b>	<b>59</b>
<b>3.11. Empréstimos obtidos</b>	<b>59</b>
<b>3.12. Imposto sobre rendimento</b>	<b>59</b>
<b>3.13. Benefícios aos empregados</b>	<b>60</b>

3.14. Provisões	60
3.15. Subsídios e apoios do Governo	61
3.16. Locações	61
3.17. Especialização dos exercícios	62
3.18. Rédito	62
3.19. Resultados financeiros	62
3.20. Principais fontes de incerteza das estimativas	63
3.21. Classificação da demonstração da posição financeira	63
3.22. Eventos subsequentes	63
4. Fluxos de Caixa	64
5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	64
6. Ativos Tangíveis	64
7. Ativos Intangíveis	65
8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	65
9. Ativos por impostos diferidos	66
10. Inventários	66
11. Clientes	67
12. Outros créditos a receber	67
13. Estado e Outros Entes Públicos	69
14. Diferimentos	70
15. Variações na rubrica de Património Líquido	70
16. Capital subscrito	70
17. Reservas Legais	71
18. Ajustamentos / Outras variações no Património Líquido	71
19. Financiamentos obtidos	72

<b>20. Fornecedores</b>	<b>73</b>
<b>21. Outras Dívidas a pagar</b>	<b>73</b>
<b>22. Rédito</b>	<b>73</b>
<b>23. Subsídios à exploração</b>	<b>74</b>
<b>24. Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>74</b>
<b>25. Gastos com o Pessoal</b>	<b>75</b>
<b>26. Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>75</b>
<b>27. Outros Gastos e Perdas</b>	<b>76</b>
<b>28. Gastos e Rendimentos Financeiros</b>	<b>77</b>
<b>29. Garantias prestadas</b>	<b>77</b>
<b>30. Imposto sobre o Rendimento do exercício</b>	<b>78</b>
<b>31. Disposições Legais</b>	<b>79</b>
<b>32. Eventos subsequentes</b>	<b>79</b>
<b>33. Mapas Orçamentais Consolidados</b>	<b>80</b>
<b>33.1. Operações internas e fora do perímetro – Recebimentos e pagamentos</b>	<b>82</b>
<b>33.2. Operações internas e fora do perímetro – Liquidações e obrigações</b>	<b>84</b>
<b>33.3. Demonstrações Consolidadas do Desempenho Orçamental</b>	<b>86</b>
<b>33.4. Demonstrações Consolidadas de direitos e obrigações por natureza</b>	<b>87</b>
<b>34. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas</b>	<b>88</b>

# Relatório E Contas Consolidadas

## Relatório de Gestão Consolidado 2021





## 1. Introdução

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da “Ilhas de Valor, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021.

### 1.1. Empresa – Informação Geral



A sociedade Ilhas de Valor, S.A., tem como empresa participada a Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

**Capital Social:** 9.000.000,00 €.

O capital social encontra-se totalmente realizado e registado.

#### **Participação no Capital Social:**

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00 €
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00 €

Nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro (SNC-AP), e que nos seus aspetos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no mencionado diploma legal.

O Relatório Consolidado de Gestão apresenta de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo Código das Sociedades Comerciais.

#### **Objeto social:**

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

- a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
- b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
- c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
- d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

## 1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Ilhas de Valor, S.A., à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

### 1 – Mesa da Assembleia-Geral:

**Vice-Presidente:** Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo  
**Secretária:** Vera Cristina Pereira Sousa

### 2 – Conselho de Administração:

**Presidente:** Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

**Vogal Executivo:** Diana Rosa Ávila Valadão

**Vogal Executivo:** Alberto da Silva Costa

### **3 – Órgão de Fiscalização:**

**Fiscal Único** – Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

**Fiscal Suplente** – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

Os **principais elementos curriculares e funções** exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16.º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

**Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves**, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de “Formação Pedagógica de Formadores” e é Contabilista Certificada, como Membro N.º 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

- Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de

Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

- Técnica do Grupo de Ação Local da ARDE (Associação Regional de Desenvolvimento Local) entidade gestora do programa comunitário LEADER, no período de 1997/1998.

- Professora de matemática na Escola Básica e Secundária de Vila do Porto nos anos letivos 1995/1997.

***Diana Rosa Ávila Valadão***, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

***Alberto da Silva Costa***, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;

- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;

- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;

- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.

A participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, a 31 de dezembro de 2021 tinha como membros da Gerência:

- Diana Rosa Ávila Valadão;
- Manuel António das Matas dos Santos.

## 2. Nota Introdutória

O início de 2021 foi fustigado pela 3.<sup>a</sup> vaga da Pandemia Covid-19, considerada a mais grave da Europa e do Mundo.

Os Açores foram extremamente assolados com esta nova vaga, tendo sido tomadas medidas urgentes e extraordinárias, com o objetivo de limitar a propagação da pandemia e proteger a saúde pública. A partir de março iniciou-se o plano de desconfinamento lento e gradual.

Contudo, a economia começou a recuperar desta crise, olhando com mais confiança para o futuro, sendo esta confiança reforçada com o processo de vacinação contra a Covid-19.

Face a este enquadramento, a Ilhas de Valor S.A., acompanhou em permanência a evolução da Pandemia do Coronavírus, dando cumprimento ao regulamentado pelas entidades competentes, tendo desde o início da pandemia sido implementado, o plano de contingência, procurando garantir a segurança dos seus trabalhadores, clientes, fornecedores e restantes agentes que se relacionam com a Empresa, bem como para garantir a sustentabilidade da mesma.

O Plano de Atividades para 2021, depois de um ano atípico marcado pela Pandemia apresentou um conjunto de atividades com as quais se pretendeu convergir para o

cumprimento da missão e prossecução dos objetivos estratégicos cometidos à Ilhas de Valor S.A., num contexto de natural crescimento e expansão.

De facto na área do turismo os Açores registaram 1,9 milhões de dormidas turísticas em 2021, que superaram 2020, mas que ficaram abaixo de 2019.

A prática de Golfe teve um aumento de atividade, mas ainda abaixo de 2019.

Promoveu-se, através da inovação e meios digitais em regime híbrido formação com a realização do 1.º Programa de Aceleração Incuba+ Santa Maria com empreendedores presencialmente nas instalações da Incubadora, evento dedicado às empresas, à inovação e ao empreendedorismo, com o qual se pretendeu apresentar projetos inovadores, partilhar conhecimento e impulsionar a competitividade do tecido empresarial.

Durante o ano promoveu-se uma intensa ação de mentoria e formação e um conjunto de atividades realizadas na Incubadora de Empresas envolvendo a comunidade mariense.

Participou-se ainda em “webinares”, com entidades nacionais, tais como o Instituto Pedro Nunes, no âmbito da ESA-BIC nos Açores, Portugal Space assim como IAPMEI, Fibrenamics, Territórios Criativos, INUAC, Startup Albufeira entre outras.

A Ilhas de Valor S.A., iniciou um processo para ser uma entidade de referência na prática de uma gestão sustentável, pelo que ao longo de 2021 implementou medidas que pretendem atuar na mudança de comportamento, não só no respeitante ao funcionamento das infraestruturas e dos prestadores de serviços, como no próprio trabalho a ser desenvolvido diariamente pelos membros da Empresa.

As atividades desenvolvidas ao longo de 2021 recentraram as linhas orientadoras que devem presidir ao trabalho a efetuar pela Ilhas de Valor S.A., constituindo-se como uma referência essencial, na programação e execução das diversas atribuições cometidas a esta entidade.

Reforçou-se assim o papel que a Ilhas de Valor S.A., desempenha nos Açores e em muito particular nas ilhas da Coesão uma vez que só assim é possível manter os investimentos

atuais em ilhas que de outra maneira não teriam capacidade de investimento privado em áreas tão importantes como por exemplo o turismo.

### 3. Relatório de Atividades de 2021

A geografia dos Açores impõe políticas conducentes ao desenvolvimento e orientadas no sentido do crescimento equilibrado, pelo que as assimetrias existentes são corrigidas pela coesão territorial.

No âmbito da ação da Ilhas de Valor S.A., no pressuposto que se impõe políticas conducentes ao desenvolvimento harmónico regional e orientadas no sentido do crescimento equilibrado, os objetivos têm sido de potenciar a criação de parcerias com o setor privado, em atividades consideradas essenciais para as economias locais.

Em 2021 a empresa Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, deu cumprimento às metas traçadas nos principais domínios da atividade, nomeadamente os relacionados com a promoção da Incubadora de Empresas de Santa Maria, manutenção dos Hotéis da Graciosa e Flores, o desenvolvimento e consolidação da atividade do golfe nos Açores, propondo-se concluir algumas das atividades que estão em curso e proceder ao arranque de novos projetos.

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão foi transferido para a Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, gestão que era exercida pela empresa pública Ilhas de Valor S.A., assim como o respetivo acervo museológico e trabalhadores.

Fruto da natureza da sua atividade, a Ilhas de Valor S.A., é a entidade gestora das linhas de crédito para apoio a empresas e promotora do desenvolvimento regional e empresarial, sendo que também obtém receitas essencialmente relacionadas com a atividade do golfe e da Incubadora de Empresas, sendo a maioria financiadas através de Contrato-Programa.



## 3.1. Santa Maria

### **3.1.1. Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores**

No âmbito do Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores na ilha de Santa Maria, atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela Ilhas de Valor S.A., desde a sua receção em 2013, que procedeu ao levantamento e registo dos terrenos e habitações, procedeu aos loteamentos seguindo a metodologia da manutenção dos antigos Bairros do Aeroporto com a criação de um regulamento para a venda de habitações.

Em 2020 foi decidido transferir o Parque Habitacional do Aeroporto incluído no património transferido, para os serviços de Habitação local.

Relativamente ao restante património manteve-se trabalhos de limpeza e melhoramento no Lugar do Aeroporto, procedendo a intervenções nos espaços públicos, assim como limpeza, corte e aplicação de herbicidas nas zonas verdes envolventes.

### **3.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+)**

No decorrer do primeiro semestre de 2021 terminou o prazo de pré-Incubação das empresas que estão instaladas na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+).

Na avaliação do trabalho desenvolvido por cada empresa individualmente, conclui-se que alguns dos empreendedores não tinham condições de passar à seguinte etapa de Incubação.

No quadro abaixo transcreve-se a situação relativa a 31/12/2021:

<b>EMPREENDEDOR</b>	<b>PROJETO</b>
Outro Mundo, Atividades de Animação Turística e Restauração, Lda	Cervejeira "A Nossa"
Daniel Filipe Raposo Andrade	Cantinho das Aromáticas
Rosa Maria Sousa Cabral	A Cagarrita
Henrique Manuel Andrade Sousa	Raízes
Maria Filomena de Sousa Cabral	Salão de Cabeleireiro
Vanessa Filipa Neves Esteves	Vavi-Atelier de Costura
Sónia de Jesus Costa Sousa Braga	Psicologia da Educação
Gualter Travassos Perinho	Programador Açoriano
Joana Margarida Sousa Coelho	Nail Artist-Gabinete Manicure/Pedicure
Joana Raquel Rodrigues Vertentes	JV Engenharia e Projeto
Vera Neuza Reis Travassos	Serena Mente
Catarina Isabel Vieitas da Mota Âmbar	
Nuno Sequeira Correia de Sá	Nuno Sá Fotografia e Vídeo, Unipessoal Lda
Cooperativa de Artesanato de Santa Maria C.R.L.	Cooperativa de Artesanato de Santa Maria C.R.L.
Virgílio de Oliveira Ferreira	West Coast Films, Unipessoal Lda
Saul David Gonçalves Neves	
Iva Maria Fontes Sousa	SPA Atlis
Paulo Alexandre Dias Caetano (Lisbon Ventures)	Era Uma Vez nos Açores, Lda
Rodrigo Maia Barcelos da Silva	Maia, Teves & Almeida, Lda
Ana Carolina Teves Valente	
Isa Alves de Almeida	
Ana Isabel Chaves Tavares	Mascote Ilha Amarela, Unipessoal Lda
Luís Filipe Braga Botelho	Atum do Bum
Diana Almeida Sousa	Atelier d` Arte
Soraia Dilians Ferreira Costa	Azores Playground
António Manuel Goulão Amoroso Reis Bruno Jorge Guerreiro Lopes de Carvalho	"Atlantic Spaceport Consortium, Lda" ("Optimal Structural Solutions, Lda" + "IlexSpace, Lda")
<b>Incubação Física 12</b>	Indústrias 9 (Criativas 3/Produção Alimentar 6)
<b>Incubação Virtual 10</b>	Serviços 13
<b>Total 22 Projetos</b>	

**Tabela 1 – Empreendedores/Projetos existentes na Incuba+ em 31/12/2021**

O total de 22 projetos subdivididos na modalidade de incubação física com 12 projetos e na incubação virtual com 10 projetos.

A Incuba+ Santa Maria promoveu uma série de atividades de formação dirigida aos técnicos de Incubação e aos Empreendedores com o objetivo de criar oportunidades, acompanhar empreendedores e empresas na operacionalização das suas estratégias de inovação e de reforço da competitividade, assim como também com a envolvimento da comunidade empresarial mariense.

### 3.1.3. Iniciativas Promotoras do Empreendedorismo

Associado ao investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, no ano de 2021 realizaram-se as seguintes atividades:

<b>Eventos / Formações / Atividades</b>	<b>Entidade Promotora</b>
1º Aniversário Incuba+ “Bootcamp de Empreendedorismo”, Programas de <u>Aceleração e Formação</u>	INCUBA + em colaboração com Territórios Criativos
Workshop de Cuidados de Pele e Maquilhagem	Gabinete de Estética Joana Moreira
3D Print Meeting	Expolab-Centro Ciência Viva
Formação de Informática / Microsoft Office	INCUBA + em colaboração com AJISM (Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria)
Mostra e Showcooking de Produtos Marienses	Associação Agrícola de Santa Maria Agromariensecoop
Showcooking em Santa Maria Bio Açores 2021	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Projeto Oficinas da Parentalidade Positiva	Instituto da Segurança Social dos Açores, ISSA IPRA
Projeto Residências Artísticas 9 x 9	Arquipélago-Centro de Artes Contemporâneas
Reunião de Trabalho Bensaúde	Grupo Bensaúde
Formação em Medidas de Autoproteção da Incubadora de Empresas de Santa Maria	INCUBA+ em colaboração com Valeska & Rosa Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, Lda. (Engª Valeska Ávila)
Ação de Sensibilização	Salvaterra Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense
Noite Europeia dos Investigadores	Expolab-Centro de Ciência Viva (Projeto REGGAE-Researchers for European Green Growth and Education)
Webinar Gastronomia Regional	RTP Açores
Workshop de Estratégia Empresarial	INCUBA+ em colaboração com SimplyPro
Seminário Carne e Leite de pequenos Ruminantes	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Sessão Esclarecimento - Incentivos e Apoio a Empresas	INCUBA+ em colaboração CH Consulting S.A.
Ação de Formação - Infância	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
Natal na Incubadora	INCUBA+ em colaboração com os Empreendedores e aberto à Comunidade

**Tabela 2 – Eventos realizados na Incuba+ em 2021**

A formação aos empreendedores, visou a promoção e fomento do empreendedorismo em geral, tornando as empresas promotoras de emprego e de criação de riqueza, com a criação de novos negócios e atividades.

Com estas ações pretende-se captar investidores e novos empreendedores para a Incubadora de Empresas.

#### 3.1.4. Trabalhos realizados

Ao longo do ano 2021 foram executados alguns investimentos e trabalhos de melhoria das condições na Incubadora de Empresas (Incuba + Santa Maria) nomeadamente extensão pedonal à volta do edifício, aquisição de suportes para os contentores de resíduos, aquisição de estantes e prateleiras, aquisição dos Totens com identificação das empresas instaladas na Incuba +, aquisição de mobiliário para as copas, entre outros.



Imagem 1 - Alguns dos trabalhos realizados na Incuba + (Extensão pedonal)

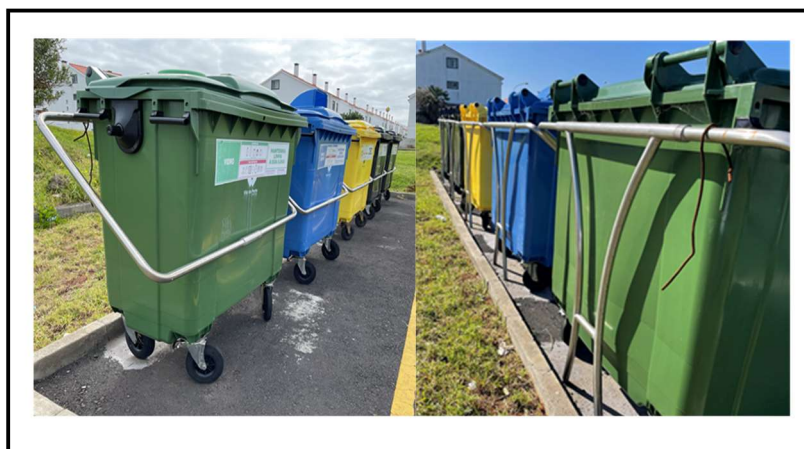


Imagem 2 - Alguns trabalhos realizados na Incuba+ em 2021 (aquisição de estrutura para contentores)



Imagem 3 - Totens com identificação das empresas instaladas na Incuba+

### 3.1.5. Investimentos na Incubadora de Empresas

Abaixo apresenta-se uma tabela resumo dos investimentos realizados na Incubadora de Empresas durante o ano 2021:

<b>Investimento</b>	<b>Executado</b>
<i>Equipamentos Incubadora</i>	13 160,18 €
<i>Intervenções melhoramentos em infra-estruturas, tendo em vista a melhoria das condições de instalação de empreendedores e serviços</i>	31 332,90 €
<b>Total</b>	<b>44 493,08 €</b>

Tabela 3 - Valor dos investimentos realizados durante o ano 2021 na Incubadora de Empresas de Santa Maria

### 3.1.6. Edifício Comercial “A Cantina”

O Lugar do Aeroporto de Santa Maria tem uma Zona Comercial, situada entre o Atlântida Cine e a Igreja do Aeroporto. Estas infraestruturas conhecidas como o edifício "A Cantina", datam da década de 40 do século XX.

Conforme proposto no Plano de atividades de 2021 realizou-se um estudo prévio, para a realização de obras de remodelação do edifício, que é composto por um estabelecimento de venda de bens a retalho, espaços com atividades diversas, a saber, veterinário, snack-bar e outros serviços.

Para o projeto e obra, atendendo a que os regulamentos dos fundos comunitários experimentam atrasos aguarda-se quanto aos eixos que vão ser contemplados e a viabilidade desta candidatura aos mesmos.

## 3.2. Graciosa

### 3.2.1. Hotel da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Tomando em consideração o desenvolvimento do turismo na ilha, esta infraestrutura contribui seguramente e positivamente no seu desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

A ilha Graciosa em 2021 teve uma maior procura de turistas, mas ainda não comparável ao ano de 2019.

<b>Taxa de Ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha Graciosa</b>													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
<b>GRACIOSA 2019</b>	12,5	30,7	25,8	25	24,9	29,8	38,9	43,8	32	20,8	16,3	5,1	25,4
<b>GRACIOSA 2021</b>	2	7,1	7,9	11,6	23,8	31,7	37,2	65,8	37	19,4	11,8	11,1	22,3

Tabela 4 - Taxa de ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha Graciosa (comparativo 2019 para 2021).

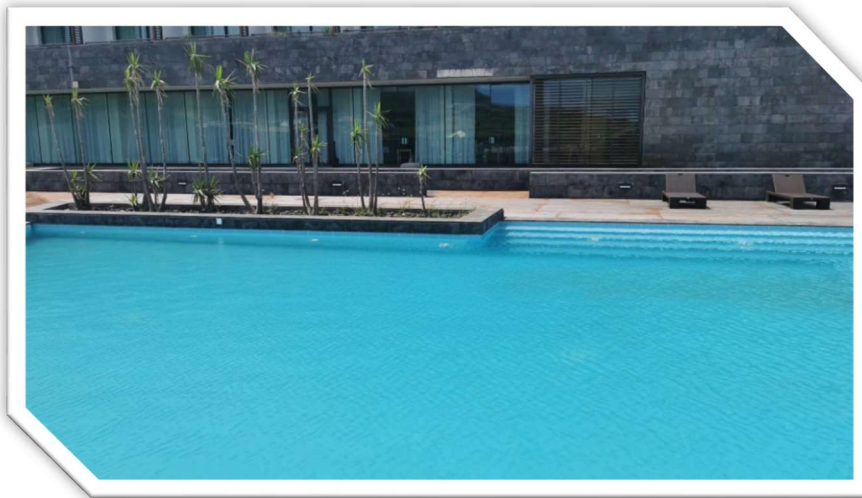
Fonte: SREA – Açores



**Imagem 4 - Hotel da Graciosa**

Foi mantido o acompanhamento e apoio ao Hotel da Graciosa, de acordo com o Contrato de Concessão.

Foram executadas intervenções na piscina com vista à correção e prevenção de derrames.



**Imagem 5 - Reparação da piscina do Hotel da Graciosa**



**Imagem 6 - Reparação da piscina do Hotel da Graciosa**

Adquiriu-se unidade exterior de ar condicionado, atendendo a avaria detetada num circuito, sendo que após levantamento de todo os sistemas de climatização foram detetadas outras anomalias, tendo sido iniciado o procedimento para substituição de mais 6 unidades exteriores de ar condicionado, 17 ventiladores e reparação do sistema de AQS, que se prevê a sua instalação no primeiro semestre de 2022.



**Imagem 7 - Unidade exterior de ar condicionado**

Iniciaram-se também procedimentos para aquisição de diversos equipamentos para a lavandaria e cozinha e procedeu-se a adjudicação de novo sistema de fechaduras eletrónicas para as portas de todos os quartos do Hotel.



### 3.3. Flores

#### 3.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração do Hotel com a Fundação INATEL, tendo procedido ao acompanhamento e apoio.

Esta infraestrutura turística é importante na atividade deste sector nas Flores, tendo-se verificado uma evolução muito positiva na ocupação em dormidas e conseqüentemente nos respetivos Resultados de Exploração.

Taxa de Ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha das Flores													
FLORES 2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
	8,7	17	21	24,3	35,9	40,9	55,3	60,3	51,8	28,8	17,3	9	32,1
FLORES 2021	6,3	6,1	10,6	20,3	27,6	55,3	63,7	65,5	60,3	42,4	16,3	14,8	33,1

Tabela 5 - Taxa de ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha das Flores

Fonte: **SREA – Açores**

A intervenção na cobertura foi objeto de uma avaliação técnica para verificação das várias possibilidades, tendo-se concluído que, a intervenção programada seria uma solução com telhas de zinco, a qual aguarda avaliação técnica devido ao histórico do existente e porque o Hotel está muito próximo do mar, carecendo de melhor fixação.

Está a decorrer um estudo para validação desta solução arquitetónica.

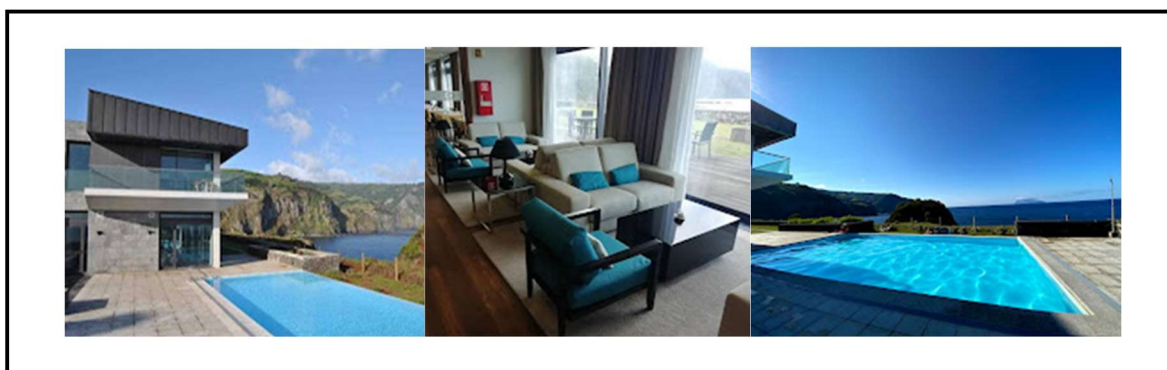


Imagem 8 - Hotel das Flores

### **3.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão**

A 2 de Agosto, e por força do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, a antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão, sita em Santa Cruz das Flores, bem como o seu acervo museológico e todo o equipamento que a integra, foi transferida, do património da empresa pública regional Ilhas de Valor S.A., para o património da Região Autónoma dos Açores, assim como os bens móveis nos termos do previsto no n.º 3 do mesmo artigo e respetivos trabalhadores.

Concretizada esta transferência este património passou a constituir um núcleo do Museu das Flores, integrando a Rede Regional de Museus.

## **3.4. São Jorge**

### **3.4.1. Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo**

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de Cedência de Exploração entre a Região Autónoma dos Açores, a Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de Cessão de Exploração celebrado em julho do ano de 2011, atendendo a que o anterior modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional, conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.

Em 2020, devido à situação pandémica as instalações da Pousada da Caldeira de Santo Cristo só estiveram em funcionamento de julho a outubro, sendo que não se prevê qualquer receita da componente variável em 2021, prevista ao abrigo do contrato celebrado.

Em 2021, existiu uma maior procura desta unidade de alojamento turístico, no entanto só após o encerramento do exercício de 2021, esse valor será devidamente apurado.

Prevê-se assim que em anos subsequentes será faturado 50% do valor da componente fixa, seguindo-se o pagamento na íntegra desta componente.

### 3.5. Resumo dos Investimentos em Santa Maria e Graciosa

<b>Investimento</b>	<b>Executado</b>
<i>SANTA MARIA</i>	49 827, 19 €
<i>GRACIOSA</i>	21 447, 43 €
<i>Total</i>	71 274, 62 €

Tabela 6 - Valor dos investimentos em Santa Maria e Graciosa

### 3.6. Campos de Golfe de São Miguel

A empresa Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 assumiu a exploração dos campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, nos termos do contrato de cedência com a Verdegolf S.A..

A empresa Ilhas de Valor, S.A., adquiriu em 2019 os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel.

Ao longo de 2021, existiu uma evolução positiva, quer a nível do número de voltas quer a nível de faturação dos clientes de golfe (operadores, agentes, walk ins / reservas diretas, torneios, utilizadores locais), comparativamente ao ano de 2020, embora ainda longe dos anos 2018/19, no que toca ao segmento do Turismo. Segundo a OMS só voltaremos aos números de 2019 por volta de 2024, com a retoma da normalidade das rotas das companhias aéreas.

Em 2021 destacamos a vinda de muitos grupos de golfistas alemães, tendo sido este o mercado mais representativo a nível de voltas, seguindo-se o mercado Português e o Dinamarquês.

No final do ano de 2021, contamos com 341 utilizadores locais fidelizados nos dois campos, sendo este já um número bastante satisfatório. Podemos afirmar que a nível nacional serão dos campos de golfe com maior quantidade de clientes habituais.

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>N.º Sócios / Utilizadores</b>	296	316	331	331	338	341
<b>Montantes Recebidos</b>	132.201,00€	125.782,00€	133.068,00€	144.164,00€	130.910,00	171.714,00
<b>Academia</b>	36	36	42	38	32	38
<b>Aulas (GPT +)</b>	nd	nd	6 757,50 €	5 573,22 €	10 372,80 €	17 894,67 €

*Fonte: valores com referência em dados do Primavera*

Tabela 7 - Utilizadores fidelizados dos Campos de Golfe por anos

Foram inscritos durante o ano de 2021, através do programa Golfe para Todos, 70 jogadores, continuando a ser este um programa impulsionador para a prática da modalidade, migrando grande parte para utilizadores locais.

Nos dois campos de golfe, realizaram-se 39 torneios, sendo 30 referentes ao calendário de provas da Verdegolf Country Club, incluindo os torneios da Academia, Taça do Emigrante, Expresso BPI, torneio do Exército, torneio dos Arquitetos, 4 torneios da Academia organizados pela FPG e o PRO AM Azoren Golf Reisen.

### **3.6.1. Investimentos nos Campos de Golfe de São Miguel:**

Relativamente a investimentos em equipamentos, durante o ano de 2021, destacam-se a aquisição de máquina de corte de roughs, máquina de corte de fairways, diversas máquinas de pequeno porte e algumas ferramentas necessárias para a manutenção de máquinas.



Imagem 9 - Máquina roughs



Imagem 10 - Máquina fairways

Para melhoramento das condições de jogo, bem como da oferta aos nossos clientes, para ambos os campos, destaca-se a aquisição de baterias e controladores para buggies de forma a ser possível estarem sempre disponíveis 35 buggies para aluguer (em 2021 gerou uma receita de cerca de 45.000,00 €), como também a encomenda de conjuntos de tacos e troleys de modo a disponibilizar para aluguer dos praticantes (receita em 2021 de cerca de 22.000,00 €). Investiu-se ainda em nova sinalética para os campos e em tapetes para driving range.



Imagem 11 – Buggies

De forma a melhorar as infraestruturas, foi iniciado o processo para aquisição de terreno onde está instalada a oficina no campo de Golfe da Batalha, prevendo-se a efetiva compra no início de 2022 tal como desenvolver os procedimentos formais para a concretização de obras no edifício onde são guardados os buggies e trolleys do campo de Golfe das Furnas.

A página de internet Azores Golf Islands, estando desatualizada, iniciou-se a sua atualização e melhoria, tendo sido também um investimento a considerar durante aquele ano para a promoção dos 3 campos de Golfe dos Açores.

Apesar do ano atípico 2021, muito devido à pandemia, às grandes restrições e mesmo ao enorme medo de viajar, nota-se que quem gosta de vir aos Açores, pelo seu cunho de bem receber, ultrapassa todos estes obstáculos, isto é notório nos golfistas que ano após ano voltam, verificando-se já alguma recuperação.

Em destaque, o mercado alemão, não tanto em reservas individuais – até porque estas são mais por impulso – mas em grupos.

<b>Campos de Golfe São Miguel - Investimento - 2021</b>	
<b>Investimento</b>	<b>Executado</b>
<i>Equipamentos Diversos</i>	119 202,66 €
<i>Outros Ativos Intangíveis - Website Azores Golf Islands - Golfe</i>	5 675,00 €
<i>Invest em Curso - Empreitada Garagem Carros Golfe BT</i>	2 600,00 €
<b>Total</b>	<b>127 477,66 €</b>

Tabela 8 - Valor dos investimentos nos Campos de Golfe São Miguel

### 3.7. Campo de Golfe da Terceira

A Ilhas de Valor, S.A., mantém um Contrato de Cessão de Exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira desde 2016, única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe naquela ilha e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual. Considera-se vantajoso agregar a promoção e gestão concertadas do golfe a nível regional, designadamente a continuidade do incremento a marca «Azores Golf Islands».

Devido ao grande impacto pandémico no ano de 2020 tanto as receitas como as despesas de 2021 não podem ser analisadas entre estes 2 anos.

Embora o ano de 2021 ainda sobre os efeitos pandémicos que se viveu o valor das receitas ficou muito aquém dos valores faturados comparativamente com o ano de 2019.

A nível de jogadores federados no ano de 2021, houve um aumento de 4 jogadores relativamente a 2020, ano que devido à pandemia perdeu-se 10 jogadores, terminando o ano de 2021 com 290 jogadores federados.

No ano de 2021 foram inscritos 32 jovens na escola de golfe, mais 4 em relação ao ano anterior, o que demonstra o interesse dos jovens por esta modalidade.

Também em relação às escolinhas foi possível garantir mais um núcleo em relação ao ano anterior, neste momento com 8 núcleos de escolinhas do desporto, o que faz com que mais de 90 alunos tenham contato com a modalidade semanalmente.

Mesmo continuando uma época incerta, no ano de 2021 foram efetuados todos os torneios internos, com destaque para o Open da Ilha Terceira, prova do calendário nacional e as duas finais nacionais (expresso BPI e Golf Comunicação).

### 3.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo (RCG), a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

#### 3.8.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2020	4.712.582,59
Montante Debitado em 2021	445,75
Montante em Dívida em 31/12/2021	400,51



### **3.8.2. Linha de Crédito Açores Investe II**

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 22 operações.

Montante Executado até 31/12/2020	11.003.842,34
Montante Debitado em 2021	21.597,61
Montante em Dívida em 31/12/2021	164.175,53

### **3.8.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II**

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 23 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2020	11.384.584,61
Montante Debitado em 2021	52.911,96
Montante em Dívida em 31/12/2021	137.076,45

#### **3.8.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez**

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 5 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
<b>Aprovadas</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2020	<b>8.703.049,96</b>
Montante Debitado em 2021	<b>41.752,43</b>
Montante em Dívida em 31/12/2021	<b>400.368,51</b>

### 3.8.5. Medidas de Apoio ao Emprego

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo

sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2020	227.577,63
Montante Debitado em 2021	2.965,50
Montante em Dívida em 31/12/2021	19.320,42

## 4. Funcionamento e Financiamento da Atividade

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 11.550.929,75 €, proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores; Santander Totta e Bankinter. Este montante é inferior ao ano anterior atendendo ao valor de amortizações efetuadas de 1.286.626,72 €, reduzindo assim a dívida bancária durante o ano de 2021.

Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2021.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região no âmbito da Coesão, para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa, do qual foi recebido o valor de 3.200.000,00 €, até 31 de dezembro de 2021.

## 5. Recursos Utilizados

### 5.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2021 totalizavam 10 trabalhadores afetos aos serviços da Ilhas de Valor, S.A. na ilha de Santa Maria, sendo que 9 são efetivos e 1 trabalhador em programa Estagiar.

A Ilhas de Valor, S.A., também contou com 72 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, sendo que 68 são efetivos e 4 trabalhadores em programas Estagiar.

A empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda não tem trabalhadores afetos.

### 5.2. Recursos Técnico-Investmentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2021 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente as rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, totalizando o valor de 204.137,03 €. Destaca-se o investimento 124.587,41 € em equipamentos para os campos de golfe e o valor de 44.493,08 € em obras e equipamentos para a Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria. Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 23.392.779,87 €.

- **Ativo intangível** – 4.256,25 €

## 6. Situação Económica – Financeira

### 6.1. Situação Económica

#### 6.1.1. **Proveitos**

Em 2021, verifica-se alguma recuperação das vendas e prestações de serviços,

comparativamente ao ano de 2020. No entanto, ainda foi um ano fortemente afetado pelos efeitos negativos da pandemia Covid-19. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete a proporção do Contrato Programa Coesão destinada a suportar as despesas correntes da sociedade, no valor total de 2.995.862,97 €.

### 6.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista uma diminuição em fornecimentos e serviços durante 2021 quando comparado com o ano anterior, motivada pela diminuição dos encargos com trabalhos especializados. A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano.

### 6.1.3. Resultados

	31-Dez-21	31-Dez-20
Resultados operacionais	(794 960,99)	979 855,98
Resultados financeiros	(231 433,19)	(270 228,98)
Resultados antes de impostos	(1 026 394,18)	709 627,00
Resultado líquido do exercício	(896 764,02)	576 905,04

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado consolidado da empresa em 2021 é negativo, motivado pelo reconhecimento da transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura) da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31 de julho de 2021, conforme decisão do Governo Regional dos Açores através do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Nesta sequência, foi registado em doações do exercício o valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis de 1.689.404,91 €, bem como o valor em existências de 16.105,97 €.

## 6.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2020 e 2021, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez

financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores, por via da amortização de capital de financiamentos bancários. Refira-se que a dívida da empresa é de longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

### 6.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A..

	31-Dez-21	31-Dez-20
Total de Proveitos	3 713 950,06	3 779 626,88
Volume de Negócios	625 693,76	424 313,83
Resultados Financeiros	(231 433,19)	(270 228,98)
EBIT (Resultados Operacionais)	(794 960,99)	979 855,98
EBITDA (Cash-flow Operacional)	(276 477,93)	1 484 990,77
Resultados Antes de Impostos	(1 026 394,18)	709 627,00
Resultado Líquido do Exercício	(896 764,02)	576 905,04
Rendibilidade dos Capitais Próprios	(5,10%)	3,10%
Rendibilidade das Vendas	(143,32%)	137,74%
Liquidez Geral	154,40%	228,54%
Autonomia Financeira	57,50%	40,39%
Solvabilidade	135,30%	67,77%
Endividamento	42,50%	59,61%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista uma redução do seu nível de endividamento de cerca de 60% registado em 2020 para cerca de 43% registado em 2021. O grau de solvabilidade e autonomia financeira da empresa registam níveis ligeiramente superiores ao ano anterior.

## 6.4. Indicadores Económico – Financeiros

	31-Dez-21	31-Dez-20
Rendibilidade operacional	(127,05%)	232,70%
Rendibilidade Financeira	(5,10%)	3,10%
Rendibilidade Económica	(2,93%)	1,25%
Grau de alavanca operacional	18,25%	(41,14%)
Grau de alavanca financeira	77,45%	137,68%
Grau de alavanca combinada	18,25%	(41,14%)
Grau de Cobertura de Imobilizado	63,49%	80,90%

## 7. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Tal como no ano de 2020, a pandemia de Covid-19, ainda teve um grande impacto na empresa, motivado pela redução significativa de turistas que visitaram os Açores, apesar de se ter verificado alguma retoma.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2021 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

## 8. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

## 9. Perspetivas

Para ano de 2022 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os



investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- \* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

- \* Dinamizar um maior número de formações, workshops e webinars de forma a fornecer mais apoio aos nossos residentes na incubadora, bem como a todos os empresários que pretendam participar.

## 10. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

Vila do Porto, 14 de junho de 2022

O Conselho de Administração

# Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

Contas  
2021



Pousada da Juventude da  
Caldeira de Santo Cristo, Lda

## 11. Contas

- ✓ Balanço Consolidado
- ✓ Demonstração dos Resultados Consolidados por Natureza e  
Demonstração dos Resultados Consolidados por Funções
- ✓ Demonstração dos Fluxos de caixa consolidados
- ✓ Demonstração Consolidada das alterações no património líquido
- ✓ Anexos às demonstrações financeiras consolidadas
- ✓ Mapas Orçamentais

## 11.1. Balanço em 31 de dezembro de 2021

### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>ATIVO</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	23 392 779,87	25 530 662,61
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	4 256,25	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	-	-
Outros ativos financeiros		1 142,45	743,89
Ativos por impostos diferidos	9	134 985,47	-
<b>Total dos Ativos Não Correntes</b>		<b>23 533 164,04</b>	<b>25 531 406,50</b>
Inventários	10	50 367,62	62 091,61
Clientes	11	50 746,69	62 229,43
Estado e outros entes públicos	13	150 454,57	349 036,61
Outros créditos a receber	12	6 206 389,42	20 972 941,96
Diferimentos	14	187,63	182,92
Caixa e depósitos bancários	4	603 031,85	196 319,13
<b>Total dos Ativos Correntes</b>		<b>7 061 177,78</b>	<b>21 642 801,66</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>30 594 341,82</b>	<b>47 174 208,16</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Capital subscrito	16	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	17	805 000,00	775 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	15	6 819 938,58	7 014 128,49
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	18	1 540 343,18	1 490 747,25
Resultado líquido do período		(883 262,64)	584 441,16
Interesses minoritários		309 894,38	328 857,63
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>17 591 913,50</b>	<b>19 193 174,53</b>
<b>PASSIVO</b>			
Financiamentos obtidos	19	8 429 180,57	11 573 448,44
Outras dívidas a pagar	21	-	6 650 000,00
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>8 429 180,57</b>	<b>18 223 448,44</b>
Fornecedores	20	66 023,30	55 605,91
Estado e outros entes públicos	13	41 794,86	167 977,23
Financiamentos obtidos	19	3 121 749,18	1 264 108,03
Outras dívidas a pagar	21	1 343 680,41	8 269 894,02
Diferimentos		-	-
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>4 573 247,75</b>	<b>9 757 585,19</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13 002 428,32</b>	<b>27 981 033,63</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>30 594 341,82</b>	<b>47 174 208,16</b>

## 11.2. Demonstração dos resultados consolidados por natureza/funções

### Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza Período findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	625 693,76	424 313,83
Subsídios à exploração	23	2 995 862,97	2 973 441,09
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto:	8	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(148 362,22)	(112 135,74)
Fornecimentos e serviços externos	24	(622 409,75)	(728 860,13)
Gastos com o pessoal	25	(1 441 369,66)	(1 394 775,12)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(7 901,62)	-
Outros rendimentos	26	92 393,33	381 871,96
Outros gastos	27	(1 770 384,74)	(58 865,12)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(276 477,93)</b>	<b>1 484 990,77</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(518 483,06)	(505 134,79)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(794 960,99)</b>	<b>979 855,98</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	28	(231 433,19)	(270 228,98)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(1 026 394,18)</b>	<b>709 627,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	30	129 630,16	(132 721,96)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(896 764,02)</b>	<b>576 905,04</b>
Resultados líquidos do período atribuível a Interesses Minoritários		13 501,38	7 536,12
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(883 262,64)</b>	<b>584 441,16</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

**Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2021**

(Valores expressos em euros)

<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Vendas e serviços prestados	625 693,76	424 313,83
Custo das vendas e serviços prestados	(770 771,97)	(840 995,87)
<b>Resultado bruto</b>	<b>(145 078,21)</b>	<b>(416 682,04)</b>
Outros rendimentos	3 088 256,30	3 355 313,05
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(3 738 139,08)	(1 958 775,03)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(794 960,99)</b>	<b>979 855,98</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	(231 433,19)	(270 228,98)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(1 026 394,18)</b>	<b>709 627,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	129 630,16	(132 721,96)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(896 764,02)</b>	<b>576 905,04</b>
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	(883 262,64)	584 441,16
Interesses minoritários	(13 501,38)	(7 536,12)

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

### 11.3. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	637 557,76	507 083,38
Pagamentos a fornecedores	(745 259,60)	(821 867,99)
Pagamentos ao pessoal	(1 441 369,66)	(1 394 775,12)
Caixa gerada pelas operações	<u>(1 549 071,50)</u>	<u>(1 709 559,73)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3 466,04	(83 526,44)
Outros recebimentos/pagamentos	66 489,27	(677 674,01)
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>	<u>(1 479 116,19)</u>	<u>(2 470 760,18)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(128 267,88)	(285 498,08)
Activos intangíveis	(5 675,00)	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	<u>(133 942,88)</u>	<u>(285 498,08)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	114 859,88	258 973,66
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<u>114 859,88</u>	<u>258 973,66</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	<u>(19 083,00)</u>	<u>(26 524,42)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	262 023,40	2 985 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	3 260 050,00	3 282 632,30
	<u>3 522 073,40</u>	<u>6 267 632,30</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 385 728,30)	(3 619 311,98)
Juros e gastos similares	(231 433,19)	(270 228,98)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>(1 617 161,49)</u>	<u>(3 889 540,96)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	<u>1 904 911,91</u>	<u>2 378 091,34</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<u>406 712,72</u>	<u>(119 193,26)</u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<u>196 319,13</u>	<u>315 512,39</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<u>603 031,85</u>	<u>196 319,13</u>



## 11.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido

### Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total		
<b>Posição no Início do Período 2021</b>	1	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	328 857,63	19 193 174,53
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	30 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	(18 963,25)	(717 998,39)
	2	-	30 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	(18 963,25)	(717 998,39)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3						(883 262,64)	(883 262,64)	-	(883 262,64)
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3						(1 467 703,80)	(1 467 703,80)	(18 963,25)	(1 486 667,05)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2021</b>	6=1+2+3+5	9 000 000,00	805 000,00	-	6 819 938,58	1 540 343,18	(883 262,64)	17 282 019,12	309 894,38	17 591 913,50

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

## Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total		
<b>Posição no Início do Período 2020</b>	1	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	347 181,87	18 799 415,25
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	(18 324,24)	(190 681,88)
	2	-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	(18 324,24)	(190 681,88)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3						584 441,16	584 441,16	-	584 441,16
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3						(482 286,08)	(482 286,08)	(18 324,24)	(500 610,32)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no Fim do Período 2020</b>	6=1+2+3+5	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	328 857,63	19 193 174,53

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

## 11.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

### **Exercício Económico de 2021**

## 1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua Dr. Luís Bettencourt n.º 86 – 1.º Andar – Frente, Vila do Porto. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações.

A Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda. é uma sociedade por quotas, constituída em 17 de julho de 2009, com a sua sede na Canada da Vinha Nova, Fajã Grande – Calheta - São Jorge. A empresa tem por principal atividade o alojamento de curta duração, nomeadamente como pousada de juventude.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de

Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

## 2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Consolidação

#### **Associadas**

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte da participação da Ilhas de Valor, S.A. na participada Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a empresa-mãe reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

### 3.2. Conversão cambial

#### **i) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

#### **ii) Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

### 3.4. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

### 3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido



registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### 3.6. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

### 3.7. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

### 3.8. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

### 3.9. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço consolidado, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

### 3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.11. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

### 3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

#### **Imposto Corrente**

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento

de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

### **Imposto Diferido**

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

## **3.13. Benefícios aos empregados**

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

## **3.14. Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.15. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### 3.16. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

### 3.17. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.18. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

### 3.19. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo

valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### 3.20. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### 3.21. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

### 3.22. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Caixa	1 672,96	1 313,91
Depósitos à ordem	601 358,89	195 005,22
	<b>603 031,85</b>	<b>196 319,13</b>

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

## 5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

## 6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>								
Custo de aquisição	6 743 331,47	27 798 413,56	960 936,16	64 902,75	261 253,07	308 434,10	-	31 137 271,11
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(4 293 902,47)	(715 635,60)	(64 902,75)	(223 733,58)	(308 434,10)	-	(5 606 608,50)
<b>Valor líquido</b>	<b>6 743 331,47</b>	<b>18 504 511,09</b>	<b>245 300,56</b>	<b>-</b>	<b>37 519,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 530 662,61</b>
<b>Movimento do exercício</b>								
Adições	-	33 132,33	137 747,59	-	2 234,11	-	25 348,00	198 462,03
Alienações cabotes	-	(1 253 751,60)	(230 268,58)	-	-	-	-	(2 184 020,27)
Transferências	-	(206 151,67)	215 301,75	-	(9 150,08)	-	-	-
Depreciação - período	-	(436 516,47)	(72 796,87)	-	(7 750,97)	-	-	(517 064,31)
Depreciação - alienações	-	334 427,98	21 351,10	-	8 960,73	-	-	364 739,81
	<b>6 743 331,47</b>	<b>16 275 651,57</b>	<b>316 635,55</b>	<b>-</b>	<b>31 813,28</b>	<b>-</b>	<b>25 348,00</b>	<b>23 392 779,87</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>								
Custo de aquisição	6 743 331,47	20 571 642,53	1 083 716,92	64 902,75	254 337,10	308 434,10	25 348,00	29 151 712,87
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(4 395 990,96)	(767 081,37)	(64 902,75)	(222 523,82)	(308 434,10)	-	(5 758 933,00)
<b>Valor líquido</b>	<b>6 743 331,47</b>	<b>16 275 651,57</b>	<b>316 635,55</b>	<b>-</b>	<b>31 813,28</b>	<b>-</b>	<b>25 348,00</b>	<b>23 392 779,87</b>



A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, totalizando o valor de 204.137,03 €. Destaca-se o investimento 124.587,41 € em equipamentos para os campos de golfe e o valor de 44.493,08 € em obras e equipamentos para a Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria.

Em 2021, ocorreu ainda a transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura) da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31 de julho de 2021, através do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Foi assim registada uma diminuição nos ativos tangíveis no valor de 2.184.020,27€, bem como nas depreciações acumuladas de 494.615,36€.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

## 7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	<b>383 991,32</b>
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	<b>(383 991,32)</b>
<b>Valor líquido</b>	-	-	-	-	-
Adições	-	-	5 675,00	-	<b>5 675,00</b>
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	(1 418,75)	-	<b>(1 418,75)</b>
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>4 256,25</b>	-	<b>4 256,25</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
Custo de aquisição	-	-	389 666,32	-	<b>389 666,32</b>
Amortizações acumuladas	-	-	(385 410,07)	-	<b>(385 410,07)</b>
<b>Valor líquido</b>	-	-	<b>4 256,25</b>	-	<b>4 256,25</b>

## 8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos foram como segue:

- Sem participações financeiras em 2021.

## 9. Ativos por impostos diferidos

O detalhe de ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Saldo em 01-Jan-21	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-21
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
<b>Activos por impostos diferidos</b>						
Ajustamentos de inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	134 985,47	-	-	-	134 985,47
Outros	-	-	-	-	-	-
	-	134 985,47	-	-	-	134 985,47
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ganhos tributados em períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

## 10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Inventários	31-Dez-21	31-Dez-20
Mercadorias	50 367,62	45 572,59
Materias primas	-	16 519,02
	<b>50 367,62</b>	<b>62 091,61</b>
Imparidade de inventários	-	-
	<b>50 367,62</b>	<b>62 091,61</b>

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	16 519,02	45 572,59	62 091,61	50 219,90	17 888,22	68 108,12
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	81 341,29	55 296,94	136 638,23	41 915,63	64 203,60	106 119,23
Custo de vendas	(97 860,31)	(50 501,91)	(148 362,22)	(75 616,51)	(36 519,23)	(112 135,74)
Saldo final em 31 de Dezembro	-	<b>50 367,62</b>	<b>50 367,62</b>	<b>16 519,02</b>	<b>45 572,59</b>	<b>62 091,61</b>

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, bem como com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores (até julho de 2021).

O custo dos inventários reconhecidos, em 2021, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 148.362,22 € (em 2020: 112.135,74€).

## 11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	-	50 172,44	-	62 229,43
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	8 475,87	-	-
	-	<b>58 648,31</b>	-	<b>62 229,43</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(7 901,62)	-	-
	-	<b>50 746,69</b>	-	<b>62 229,43</b>

Em 2021, dada a diferença, para os saldos correntes, entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, foi constituída a seguinte imparidade para clientes de cobrança duvidosa:

Perdas por imparidades	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	7 901,62	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<b>7 901,62</b>	-

## 12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
PO Açores 2020 (1)	-	221 122,77
Hotel Angrasol - Aval (2)	473 376,98	503 376,98
Fundo contragarantia 'Linhas Açores Investe e Açores	1 841 409,00	8 900 000,00
Linha Açores Investe I	164 175,53	289 244,97
Linha Açores Investe II	-	719 511,88
Linha Açores Empresas I	-	54 622,12
Linha Açores Empresas II	-	84 454,09
Linha Açores Empresas III	-	44 927,74
Linha Reestruturação I	400,51	191 037,99
Linha Reestruturação II	109 848,22	1 845 735,60
Linha Reestruturação III	400 368,51	667 812,31
Linha Açores Empresas I	-	40 472,55
Linha Açores Empresas II	-	51 888,84
Linha Açores Empresas III	-	5 631,95
Linha Empresas PVE (3)	3 170 262,02	7 094 928,02
Programa Estabilização do Emprego	19 320,42	16 742,28
Diversas Linhas	27 228,23	241 431,87
	<b>6 206 389,42</b>	<b>20 972 941,96</b>

- (1) Apoio ao investimento no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 para a instalação da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no montante executado de 1.528.180,69 €. Em 2021, foi recebido o valor remanescente de 114.859,88 €.
- (2) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 €, mediante a prestação de contragarantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 € à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da

referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 €/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 €.

- (3) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março.

O valor registado a 31 de dezembro de 2021 de 3.170.262,02 € revela-se significativamente inferior ao ano de 2020, tendo em conta que foram registadas diversas imparidades aos saldos das empresas devedoras, considerando situações de insolvência e/ou de cobrança duvidosa.

Procedeu-se ainda a uma análise e regularização de saldos de todas as contas de terceiros relacionadas com as Linhas de Crédito, por forma a espelhar o valor atualizado que a Ilhas de Valor, S.A. ainda tem a receber e pagar, originando a variação de saldos indicada no quadro acima.

### 13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-Dez-21	31-Dez-20
<b>Ativo</b>		
Imposto s/ rendimento - IRC	107 657,50	243 845,50
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	42 797,07	105 191,11
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>150 454,57</b>	<b>349 036,61</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ rendimento - IRC	5 355,31	132 722,04
Imposto s/ rendimento - IRS	8 168,55	8 150,16
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	-
Segurança Social/CGA	28 271,00	27 105,11
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>41 794,86</b>	<b>167 977,31</b>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Pagamentos por conta	(107 657,50)	(243 845,50)
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 30)	5 355,31	132 722,04
	<b>(102 302,19)</b>	<b>(111 123,46)</b>

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

## 14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-Dez-21	31-Dez-20
Seguros e outros serviços	187,63	182,92
	<b>187,63</b>	<b>182,92</b>

## 15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-Dez-21	31-Dez-20	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	805 000,00	775 000,00	30 000,00
Resultados Transitados	6 819 938,58	7 014 128,49	(194 189,91)
Ajustamentos A. Financeiros			-
O. Variações Capital Próprio	1 540 343,18	1 490 747,25	49 595,93
Resultados	(883 262,64)	584 441,16	(1 467 703,80)
Interesses minoritários	309 894,38	328 857,63	-
<b>Total</b>	<b>17 591 913,50</b>	<b>19 193 174,53</b>	<b>(1 582 297,78)</b>

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 19.193.174,53 € em 2020 passa para 17.591.913,50 € em 2021.

## 16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 800 000</b>	<b>9 000 000,00</b>

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
<b>TOTAL</b>	<b>1 800 000</b>	<b>9 000 000,00</b>	<b>100%</b>

## 17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

## 18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2020</b>	<b>8 533,88</b>	<b>1 595 818,18</b>	<b>1 604 352,06</b>
Amortização de subsídio	-	(116 373,79)	(116 373,79)
Ajustamento por imposto	-	19 550,80	19 550,80
Ajustamento capital próprio subsidiária	(16 781,82)	-	(16 781,82)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>(8 247,94)</b>	<b>1 498 995,19</b>	<b>1 490 747,25</b>
Reconhecimento de subsídio	-	204 137,03	204 137,03
Amortização de subsídio	-	(180 388,97)	(180 388,97)
Ajustamento por imposto	-	34 344,25	34 344,25
Ajustamento capital próprio subsidiária	(8 496,38)	-	(8 496,38)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(16 744,32)</b>	<b>1 557 087,50</b>	<b>1 540 343,18</b>

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 825 424,97	1 801 676,91
Ajustamento por imposto (Nota 21)	(268 337,47)	(302 681,72)
	<b>1 557 087,50</b>	<b>1 498 995,19</b>

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

## 19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	326 158,03	93 188,00	407 698,03	58 242,00
Santander Totta - Graciosa	432 751,79	123 643,36	540 939,83	77 277,00
Santander Totta - Geral	175 353,77	237 302,57	353 957,02	116 656,53
CEMAH	-	-	-	-
Novo Banco dos Açores (A)	2 025 000,00	675 000,00	2 700 000,00	-
Novo Banco dos Açores (B)	3 335 714,28	1 334 285,72	4 782 857,14	797 142,86
Bankinter	2 039 538,68	658 329,53	2 646 000,39	214 789,64
Outros financiamentos DRAIC	94 664,02	-	141 996,03	-
	<b>8 429 180,57</b>	<b>3 121 749,18</b>	<b>11 573 448,44</b>	<b>1 264 108,03</b>

Trata-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval.

Acresce ainda o financiamento a longo prazo recebido da DRAIC e com acordo prestacional em curso.



## 20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Fornecedores conta corrente	66 023,30	55 605,91
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	<b>66 023,30</b>	<b>55 605,91</b>

## 21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	-	90 014,71	-	14 145,56
Acréscimo Remunerações a Liquidar	-	195 247,85	-	188 847,96
Juros a Liquidar	-	67 121,84	-	50 776,33
Remunerações a Liquidar e Sindicato	-	102,13	-	63,61
Linhas Crédito Bancos	-	721 341,42	6 650 000,00	7 710 750,16
Ajustamentos em Subsídios	-	268 337,47	-	305 310,40
Outras contas a pagar	-	1 514,99	-	-
	-	<b>1 343 680,41</b>	<b>6 650 000,00</b>	<b>8 269 894,02</b>

O valor a pagar referente a Fornecedores de Imobilizado; Remunerações a Liquidar e Juros a Liquidar totalizam o valor de 352.486,53 €. Acresce outros credores no montante de 991.193,88 €, que no seu conjunto representam a totalidade de outras dívidas a pagar em corrente.

Procedeu-se ainda a uma análise e regularização de saldos de todas as contas de terceiros relacionadas com as Linhas de Crédito, por forma a espelhar o valor atualizado que a Ilhas de Valor, S.A. ainda tem a receber e pagar, originando a variação de saldos indicada no quadro acima.

## 22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	2 757,70		2 757,70	3 102,11		3 102,11
Vendas de produtos	67 452,90		67 452,90	46 238,62		46 238,62
Prestação de serviços	555 483,16		555 483,16	374 973,10		374 973,10
	<b>625 693,76</b>		<b>625 693,76</b>	<b>424 313,83</b>		<b>424 313,83</b>

Em 2021, verifica-se alguma recuperação das vendas e prestações de serviços, comparativamente ao ano de 2020. No entanto, ainda foi um ano fortemente afetado pelos efeitos negativos da pandemia Covid-19, motivado pela redução significativa de turistas que visitaram os Açores, apesar de se ter verificado alguma retoma, para a qual contribuiu muito a procura interna.

## 23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Contrato-programa - Coesão	2 995 862,97	2 972 458,79
Apoio ao Emprego - Integra		982,30
	<b>2 995 862,97</b>	<b>2 973 441,09</b>

Em 2021, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.200.000 € no âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 131/2021 de 31 de maio de 2021, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 204.137,03 € de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.995.862,97 € destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

## 24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	312 591,67	417 362,72
Materiais	18 916,75	19 040,42
Energia e fluídos	128 336,02	122 141,07
Deslocações, estadas e transportes	7 563,12	6 374,72
Serviços diversos	155 002,19	163 941,20
	<b>622 409,75</b>	<b>728 860,13</b>

Registou-se uma diminuição em fornecimentos e serviços durante o ano de 2021, quando comparado com o ano anterior, motivada essencialmente pela diminuição dos encargos com trabalhos especializados. Estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano.

## 25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021 e 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Remunerações dos órgãos sociais	144 658,92	144 658,92
Remunerações do pessoal	1 010 223,72	980 619,19
Encargos sobre remunerações	261 049,20	245 154,50
Seguros	20 837,91	20 478,28
Outros gastos com pessoal	4 599,91	3 864,23
	<b>1 441 369,66</b>	<b>1 394 775,12</b>

A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano. Ainda assim, esta variação de 46.594,54 € apresenta pouca relevância nos custos globais.

## 26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Subsídios Investimento		
- SIDER - Hotel Flores e Graciosa	-	260 675,12
- SIDER - Adução Termas do Carrapacho	-	22 932,00
- PO 2020 - Incubadora Empresas St Maria	38 543,83	44 304,74
- Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14	16 003,14
- Contrato-programa Coesão 2021	19 579,11	-
- SIDER PJCS	16 586,93	33 136,62
Outros rendimentos e ganhos	1 680,32	4 820,34
	<b>92 393,33</b>	<b>381 871,96</b>

Dos 92.393,33 € contabilizados em outros proveitos, 90.713,01 € dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 38.543,83 €; nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa “Coesão” de 2020 e de 2021 no valor de 35.582,25 € e na Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo no valor de 16.586,93€.

A redução acentuada registada entre o ano 2021 e o ano de 2020 resulta do termo do reconhecimento do Subsídio ao Investimento atribuído à beneficiação dos Hotéis Flores/Graciosa e Adução Termas do Carapacho (SIDER).

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior.

## 27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Impostos	24 332,00	18 133,10
Taxas	1 302,90	877,05
Doações	1 705 510,88	-
Outros gastos e perdas	39 238,96	39 854,97
	<b>1 770 384,74</b>	<b>58 865,12</b>

A verba de 24.332,00 € inclui IMI, bem como impostos sobre equipamentos de transporte.

A verba de 1.705.510,88 € resulta da transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura)

da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31 de julho de 2021, através do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Nesta sequência, foi registado em doações do exercício o valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis de 1.689.404,91 €, bem como o valor em existências de 16.105,97 €.

A verba de 39.238,96 € refletem o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

## 28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	209 857,98	203 065,51
Outros gastos e perdas de financiamento	21 575,21	67 163,47
	<b>231 433,19</b>	<b>270 228,98</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>231 433,19</b>	<b>270 228,98</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

## 29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2021 atingiam um valor de 3.683.664,88 € (em 2020 – 4.113.859,79 €) conforme abaixo detalhado, sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

Garantia	Entidade	Banco	Sata Inicio	Montante Inicial	Montante em Dívida	Maturidade
Aval	Associação para Desenvolvimento Ilha S.Jorge	CGD	28-jun-13	279 920,10	89 768,94	28-jun-25
Aval	José Cymbron Lda.*	BCP	10-set-14	7 469,00	3 759,00	10-mar-22
Aval	Sociedade Açoriana Optica Ouriversaria Lda.*	BCP	5-nov-14	3 361,05	2 215,20	5-mai-22
Aval	Associação para Desenvolvimento Ilha S.Jorge	Santander	10-dez-10	1 000 000,00	112 103,33	10-dez-22
Aval	Pousada da Juventude da caldeira do Santo Cristo, Lda	NBA	19-set-11	379 902,96	141 996,03	19-set-22
Aval	Angrasol - Hotelaria, Turismo e Comércio S.A.	CEMAH	23-set-14	3 589 693,19	3 333 822,38	23-mar-26
				<b>5 260 346,30</b>	<b>3 683 664,88</b>	

### 30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Imposto s/ rendimento corrente	5 355,31	132 721,96
Imposto s/ rendimento diferido	(134 985,47)	-
	<b>(129 630,16)</b>	<b>132 721,96</b>

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Resultado antes de imposto	(1 012 892,80)	717 163,12
Diferenças temporárias:		
Outros	-	-
Diferenças permanentes:		
MEP	(21 002,54)	(11 723,08)
Outros	(73 621,73)	(38 759,44)
	(94 624,27)	(50 482,52)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)	(918 268,53)	768 140,27
Taxa nominal de imposto	14,70%	16,80%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Tributação autónoma	5 355,31	3 674,39
Imposto diferido	(134 985,47)	-
<b>Imposto s/ Rendimento</b>	<b>(129 630,16)</b>	<b>132 721,96</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>12,80%</b>	<b>18,51%</b>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	1,00%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

### 31. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2020 da empresa-mãe cifrou-se em 9.600 Euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Em 2021 as contas consolidadas do grupo “Ilhas de Valor, S.A. “, dizem respeito às empresas Ilhas de Valor, S.A e “Pousada da Juventude Caldeira de Santo Cristo, Lda.”

### 32. Eventos subsequentes

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2021 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

O Conselho de Administração

## 33. Mapas Orçamentais Consolidados

No que respeita às regras e métodos observados na consolidação, incluindo a identificação dos procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações intraperímetro, as regras adotadas são as seguintes:

### **Plano de contas central**

O Plano de contas financeiro para as entidades do perímetro é o que consta do Plano de contas multidimensional (PCM), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o SNC-AP.

O Plano de contas orçamental para as entidades do perímetro é o que consta na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

O plano de contas central é o denominador comum entre ambos os planos e foi definido pela UNILEO, com base no (PCM) e com as alterações introduzidas no corrente exercício.

A correspondência entre a classificação económica (DL n.º 26/2002, de 14 de fevereiro) e as rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP foi efetuado conforme disponibilizado pela UNILEO, com as devidas atualizações.

### **Hierarquias de consolidação**

A Ilhas de Valor, S.A. (IV) é responsável pela consolidação de contas, estando incluída nesta a sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda. (PJCSC).

### **Nível dos classificadores orçamentais aplicado na consolidação**

O nível dos classificadores orçamentais aplicado foi o das rubricas das demonstrações orçamentais do SNC-AP.



### **Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados**

A preparação das demonstrações orçamentais consolidadas realizou-se pela agregação das diferentes rubricas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais anuais individuais.

### **Procedimentos de eliminação das operações internas**

Durante o exercício de 2021 existiram operações financeiras entre as entidades do grupo, nomeadamente o reforço de empréstimos, detalhadas no processo de homogeneização e agregação dos dados, operações estas que foram eliminadas no processo de consolidação.

As operações internas são as que constam no quadro de operações internas de homogeneização e agregação dos dados em baixo.

### **Método de consolidação financeira**

O método de consolidação adotado foi o método de simples agregação, que consiste na soma, linha por linha, das demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

### **Método de consolidação orçamental**

O método de consolidação adotado foi o método da consolidação simples, traduzindo-se na soma algébrica de rubricas equivalentes de liquidações e obrigações do ano corrente, bem como dos recebimentos e pagamentos da gerência, constantes nas demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao grupo público, na proporção da sua participação.

## 33.1. Operações Internas e Fora do Perímetro – Recebimentos e pagamentos

### Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

OPERAÇÕES INTERNAS - RECEBIMENTOS   PAGAMENTOS					
Descrição	Valor	Recebimentos		Pagamentos	
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica
1 - 2021-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	60.050,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4
1 - 2020-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	81.650,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - RECEBIMENTOS   PAGAMENTOS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigação	
		Entidade	% Não Detida	Entidade	% Não Detida
1 - 2021-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%
2 - 2020-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Rubrica	RECEBIMENTOS	RECEBIMENTOS									
		Receita Cobrada Liq.				Operações internas		Operações fora do perímetro		Total Grupo	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2021	2020
	<b>Saldo de gerência anterior</b>									0,00	0,00
	Operações orçamentais [1]	193.637,92	540,71	306.442,20	5.889,44					194.178,63	312.331,64
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	2.140,50	0,00	3.180,75	0,00					2.140,50	3.180,75
	<b>Receita corrente</b>	<b>947.503,03</b>	<b>1.019,56</b>	<b>674.096,58</b>	<b>0,00</b>					<b>948.123,63</b>	<b>674.096,58</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	698.995,47	0,00	513.187,80	0,00			0,00	0,00	698.995,47	513.187,80
R7	Outras receitas correntes	248.507,56	1.019,56	160.908,78	0,00			-398,96	0,00	249.128,16	160.908,78
	<b>Receita de capital</b>	<b>3.583.248,94</b>	<b>61.093,70</b>	<b>6.607.085,05</b>	<b>81.650,00</b>					<b>3.583.884,24</b>	<b>6.607.085,05</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	3.314.859,88	60.050,00	6.460.740,13	81.650,00					3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1	Transferências de capital	3.314.859,88	60.050,00	6.460.740,13	81.650,00					3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1.1	Administrações Públicas	3.200.000,00	0,00	6.201.766,47	0,00					3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	3.200.000,00	0,00	6.201.766,47	0,00			0,00	0,00	3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	114.859,88	0,00	258.973,66	0,00			0,00	0,00	114.859,88	258.973,66
R9.1.3	Outras	0,00	60.050,00	0,00	81.650,00	-60.050,00	-81.650,00			0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	268.389,06	0,00	146.344,92	0,00			0,00	0,00	268.389,06	146.344,92
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	1.043,70	0,00	0,00			-408,40	0,00	635,30	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>4.530.751,97</b>	<b>62.113,26</b>	<b>7.281.181,63</b>	<b>81.650,00</b>					<b>4.532.007,87</b>	<b>7.281.181,63</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>232.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>0,00</b>					<b>232.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	232.000,00	0,00	2.820.000,00	0,00			0,00	0,00	232.000,00	2.820.000,00
	<b>Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]</b>	<b>4.956.389,89</b>	<b>62.653,97</b>	<b>10.407.623,83</b>	<b>87.539,44</b>					<b>4.958.186,50</b>	<b>10.413.513,27</b>
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>43.495,40</b>	<b>0,00</b>	<b>166.051,26</b>	<b>0,00</b>			0,00	0,00	<b>43.495,40</b>	<b>166.051,26</b>

Rubrica	PAGAMENTOS	PAGAMENTOS									
		Despesa Paga Liq.				Operações internas		Operações fora do perímetro		Total Grupo	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2021	2020
	2021	2021	2020	2020							
	<b>Despesa corrente</b>	<b>2.690.248,71</b>	<b>14.312,17</b>	<b>2.887.820,94</b>	<b>16.000,71</b>					<b>2.698.960,47</b>	<b>2.897.560,50</b>
D1	Despesas com o pessoal	1.423.887,51	0,00	1.386.949,26	0,00					1.423.887,51	1.386.949,26
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.133.985,51	0,00	1.100.147,86	0,00			0,00	0,00	1.133.985,51	1.100.147,86
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	33.898,82	0,00	21.688,33	0,00			0,00	0,00	33.898,82	21.688,33
D1.3	Segurança social	256.003,18	0,00	265.113,07	0,00			0,00	0,00	256.003,18	265.113,07
D2	Aquisição de bens e serviços	881.208,84	12.171,20	937.672,09	13.085,87			-4.762,64	-5.120,56	888.617,40	945.637,40
D3	Juros e outros encargos	220.601,30	0,00	237.446,00	0,00			0,00	0,00	220.601,30	237.446,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	164.551,06	2.140,97	325.753,59	2.914,84			-837,77	-1.140,59	165.854,26	327.527,84
	<b>Despesa de capital</b>	<b>199.045,85</b>	<b>0,00</b>	<b>3.439.474,03</b>	<b>0,00</b>					<b>138.995,85</b>	<b>3.357.824,03</b>
D6	Aquisições de bens de capital	138.995,85	0,00	357.824,03	0,00			0,00	0,00	138.995,85	357.824,03
D7	Transferências e subsídios de capital	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00					0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00	-60.050,00	-81.650,00			0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00			0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>2.889.294,56</b>	<b>14.312,17</b>	<b>6.327.294,97</b>	<b>16.000,71</b>					<b>2.837.956,32</b>	<b>6.255.384,53</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>1.471.318,11</b>	<b>47.332,01</b>	<b>3.886.690,94</b>	<b>70.998,02</b>					<b>1.500.128,90</b>	<b>3.929.907,13</b>
D9	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D12	Passivos financeiros	1.471.318,11	47.332,01	3.886.690,94	70.998,02			-18.521,22	-27.781,83	1.500.128,90	3.929.907,13
	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>4.360.612,67</b>	<b>61.644,18</b>	<b>10.213.985,91</b>	<b>86.998,73</b>					<b>4.338.085,21</b>	<b>10.185.291,66</b>
	<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>39.391,06</b>	<b>0,00</b>	<b>167.091,51</b>	<b>0,00</b>			0,00	0,00	<b>39.391,06</b>	<b>167.091,51</b>
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>602.022,06</b>	<b>1.009,79</b>	<b>195.778,42</b>	<b>540,71</b>					<b>626.346,12</b>	<b>230.362,11</b>
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	595.777,22	1.009,79	193.637,92	540,71					620.101,28	228.221,61
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	6.244,84	0,00	2.140,50	0,00					6.244,84	2.140,50
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>1641457,41</b>	<b>47801,09</b>	<b>953886,66</b>	<b>65649,29</b>					<b>1.694.051,55</b>	<b>1.025.797,10</b>
	Despesa primária	2.668.693,26	14.312,17	6.089.848,97	16.000,71					2.617.355,02	6.017.938,53
	Saldo corrente	-1.742.745,68	-13.292,61	-2.213.724,36	-16.000,71					-1.750.836,83	-2.223.463,92
	Saldo de capital	3.384.203,09	61.093,70	3.167.611,02	81.650,00					3.444.253,09	3.249.261,02
	Saldo primário	1.862.058,71	48.844,79	1.191.332,66	65.649,29					1.914.652,85	1.263.243,10
	Receita total [1]+[2]+[3]	4.956.389,89	62.653,97	10.407.623,83	87.539,44					4.958.186,50	10.413.513,27
	Despesa total [5]+[6]	4.360.612,67	61.644,18	10.213.985,91	86.998,73					4.338.085,21	10.185.291,66

## 33.2. Operações Internas e Fora do Perímetro – Liquidações e obrigações

Procedimentos de homogeneização e agregação dos dados

OPERAÇÕES INTERNAS - LIQUIDAÇÕES   COBRANÇAS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigações	
		Entidade	Rubrica	Entidade	Rubrica
1 - 2021-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	60.050,00	PJCSC	R9.1.3	IV	
2 - 2020-Reforço de financiamento da empresa mãe à participada	81.650,00	PJCSC	R9.1.3	IV	D7.1.4

OPERAÇÕES FORA DO PERÍMETRO - LIQUIDAÇÕES   COBRANÇAS					
Descrição	Valor	Liquidação		Obrigações	
		Entidade	% Não Detida	Entidade	% Não Detida
1 - 2021-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%
2 - 2020-Interesse minoritário (participação não detida pelo grupo)	-	PJCSC	39,13%	PJCSC	39,13%

IV - Ilhas de Valor, S.A.

PJCSC - Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	LIQUIDAÇÕES									
		Receita líquida - Ano corrente				Operações internas		Operações fora do perímetro		Simplex Agregação	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2021	2020
	<b>Receita corrente</b>	<b>973.081,80</b>	<b>381,22</b>	<b>655.947,65</b>	<b>1.019,56</b>					<b>973.313,85</b>	<b>656.568,25</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	724.574,24	0,00	495.038,87	0,00			0,00	0,00	724.574,24	495.038,87
R7	Outras receitas correntes	248.507,56	381,22	160.908,78	1.019,56			-149,17	-398,96	248.739,61	161.529,38
	<b>Receita de capital</b>	<b>3.583.248,94</b>	<b>60.050,00</b>	<b>6.607.085,05</b>	<b>81.650,00</b>					<b>3.583.248,94</b>	<b>6.607.085,05</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	3.314.859,88	60.050,00	6.460.740,13	81.650,00					3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1	Transferências de capital	3.314.859,88	60.050,00	6.460.740,13	81.650,00					3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1.1	Administrações Públicas	3.200.000,00	0,00	6.201.766,47	0,00					3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	3.200.000,00	0,00	6.201.766,47	0,00			0,00	0,00	3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	114.859,88	0,00	258.973,66	0,00			0,00	0,00	114.859,88	258.973,66
R9.1.3	Outras	0,00	60.050,00	0,00	81.650,00	-60.050,00	-81.650,00			0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	268.389,06	0,00	146.344,92	0,00			0,00	0,00	268.389,06	146.344,92
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	1.043,70	0,00	0,00			-408,40	0,00	635,30	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>4.556.330,74</b>	<b>61.474,92</b>	<b>7.263.032,70</b>	<b>82.669,56</b>					<b>4.557.198,08</b>	<b>7.263.653,30</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>232.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>0,00</b>					<b>232.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	232.000,00	0,00	2.820.000,00	0,00			0,00	0,00	232.000,00	2.820.000,00
	<b>Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>4.788.330,74</b>	<b>61.474,92</b>	<b>10.083.032,70</b>	<b>82.669,56</b>	<b>-60.050,00</b>	<b>-81.650,00</b>	<b>-557,58</b>	<b>-398,96</b>	<b>4.789.198,08</b>	<b>10.083.653,30</b>

Rubrica	OBRIGAÇÕES	OBRIGAÇÕES									
		Obrigações líquidas - Ano corrente				Operações internas		Operações fora do perímetro		Simplex Agregação	
		Ilhas de Valor	Pousada	Ilhas de Valor	Pousada	1	2	1	2	2021	2020
	<b>Despesa corrente</b>	<b>2.800.894,62</b>	<b>14.821,47</b>	<b>2.952.283,13</b>	<b>16.236,71</b>					<b>2.809.916,28</b>	<b>2.962.166,34</b>
D1	Despesas com o pessoal	1.472.124,50	0,00	1.421.608,46	0,00					1.472.124,50	1.421.608,46
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.146.354,47	0,00	1.116.159,94	0,00			0,00	0,00	1.146.354,47	1.116.159,94
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	34.555,70	0,00	22.072,86	0,00			0,00	0,00	34.555,70	22.072,86
D1.3	Segurança social	291.214,33	0,00	283.375,66	0,00			0,00	0,00	291.214,33	283.375,66
D2	Aquisição de bens e serviços	943.597,66	12.680,50	967.455,08	13.321,87			-4.961,93	-5.212,91	951.316,23	975.564,04
D3	Juros e outros encargos	220.601,30	0,00	237.446,00	0,00			0,00	0,00	220.601,30	237.446,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	164.571,06	2.140,97	325.773,59	2.914,84			-837,77	-1.140,59	165.874,26	327.547,84
	<b>Despesa de capital</b>	<b>292.808,71</b>	<b>0,00</b>	<b>3.467.340,63</b>	<b>0,00</b>					<b>232.758,71</b>	<b>3.385.690,63</b>
D6	Aquisições de bens de capital	232.758,71	0,00	385.690,63	0,00			0,00	0,00	232.758,71	385.690,63
D7	Transferências e subsídios de capital	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00					0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	60.050,00	0,00	81.650,00	0,00	-60.050,00	-81.650,00			0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00			0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>3.093.703,23</b>	<b>14.821,47</b>	<b>6.419.623,76</b>	<b>16.236,71</b>			0,00	0,00	<b>3.042.674,99</b>	<b>6.347.856,97</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>1.471.318,11</b>	<b>47.332,01</b>	<b>3.886.690,94</b>	<b>70.998,02</b>					<b>1.500.128,90</b>	<b>3.929.907,13</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	1.471.318,11	47.332,01	3.886.690,94	70.998,02			-18.521,22	-27.781,83	1.500.128,90	3.929.907,13
	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>4.565.021,34</b>	<b>62.153,48</b>	<b>10.306.314,70</b>	<b>87.234,73</b>	<b>-60.050,00</b>	<b>-81.650,00</b>	<b>-24.320,93</b>	<b>-34.135,33</b>	<b>4.542.803,89</b>	<b>10.277.764,10</b>

## 33.3. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Grupo Público - Ilhas de Valor							
Gerência de 01-01-2021 a 31-12-2021							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2021	2020	Rubrica	PAGAMENTOS	2021	2020
<b>Saldo de gerência anterior</b>							
	Operações orçamentais [1]	194.178,63	312.331,64				
	Restituição do saldo oper. Orçamentais						
	Operações de tesouraria [A]	2.140,50	3.180,75				
	<b>Receita corrente</b>	<b>948.123,63</b>	<b>674.096,58</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>2.698.960,47</b>	<b>2.897.560,50</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1.423.887,51	1.386.949,26
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.133.985,51	1.100.147,86
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	33.898,82	21.688,33
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	256.003,18	265.113,07
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	888.617,40	945.637,40
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	220.601,30	237.446,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	698.995,47	513.187,80	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	249.128,16	160.908,78	D5	Outras despesas correntes	165.854,26	327.527,84
	<b>Receita de capital</b>	<b>3.583.248,94</b>	<b>6.607.085,05</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>138.995,85</b>	<b>3.357.824,03</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisições de bens de capital	138.995,85	357.824,03
R9	Transferências e subsídios de capital	3.314.859,88	6.460.740,13	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	3.314.859,88	6.460.740,13	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	3.200.000,00	6.201.766,47	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	3.200.000,00	6.201.766,47	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	114.859,88	258.973,66	D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	268.389,06	146.344,92	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	635,30	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	3.000.000,00
<b>Receita efetiva [2]</b>		<b>4.532.007,87</b>	<b>7.281.181,63</b>	<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>2.837.956,32</b>	<b>6.255.384,53</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>		<b>232.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>1.500.128,90</b>	<b>3.929.907,13</b>
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	232.000,00	2.820.000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1.500.128,90	3.929.907,13
<b>Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]</b>		<b>4.958.186,50</b>	<b>10.413.513,27</b>	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>		<b>4.338.085,21</b>	<b>10.185.291,66</b>
<b>Operações de tesouraria [B]</b>		<b>43.495,40</b>	<b>166.051,26</b>	<b>Operações de tesouraria [C]</b>		<b>39.391,06</b>	<b>167.091,51</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>626.346,12</b>	<b>230.362,11</b>	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>626.346,12</b>	<b>230.362,11</b>
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		620.101,28	228.221,61	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		620.101,28	228.221,61
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		6.244,84	2.140,50	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		6.244,84	2.140,50
<b>Saldo global [2]-[5]</b>		<b>1.694.051,55</b>	<b>1.025.797,10</b>	<b>Saldo global [2]-[5]</b>		<b>1.694.051,55</b>	<b>1.025.797,10</b>
Despesa primária		2.617.355,02	6.017.938,53	Despesa primária		2.617.355,02	6.017.938,53
Saldo corrente		-1.750.836,83	-2.223.463,92	Saldo corrente		-1.750.836,83	-2.223.463,92
Saldo de capital		3.444.253,09	3.249.261,02	Saldo de capital		3.444.253,09	3.249.261,02
Saldo primário		1.914.652,85	1.263.243,10	Saldo primário		1.914.652,85	1.263.243,10
Receita total [1]+[2]+[3]		4.958.186,50	10.413.513,27	Receita total [1]+[2]+[3]		4.958.186,50	10.413.513,27
Despesa total [5]+[6]		4.338.085,21	10.185.291,66	Despesa total [5]+[6]		4.338.085,21	10.185.291,66

## 33.4. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Grupo Público - Ilhas de Valor							
Gerência de 01-01-2021 a 31-12-2021							
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2021	2020	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2021	2020
	<b>Receita corrente</b>	<b>973.313,85</b>	<b>656.568,25</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>2.809.916,28</b>	<b>2.962.166,34</b>
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	1.472.124,50	1.421.608,46
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.146.354,47	1.116.159,94
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	34.555,70	22.072,86
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	291.214,33	283.375,66
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	951.316,23	975.564,04
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	220.601,30	237.446,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências Correntes	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	724.574,24	495.038,87	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	248.739,61	161.529,38	D5	Outras despesas correntes	165.874,26	327.547,84
	<b>Receita de capital</b>	<b>3.583.248,94</b>	<b>6.607.085,05</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>232.758,71</b>	<b>3.385.690,63</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisições de bens de capital	232.758,71	385.690,63
R9	Transferências e subsídios de capital	3.314.859,88	6.460.740,13	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	3.314.859,88	6.460.740,13	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	3.200.000,00	6.201.766,47	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	3.200.000,00	6.201.766,47	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	114.859,88	258.973,66	D7.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	268.389,06	146.344,92	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	635,30	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	3.000.000,00
				D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>4.557.198,08</b>	<b>7.263.653,30</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>3.042.674,99</b>	<b>6.347.856,97</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>232.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>1.500.128,90</b>	<b>3.929.907,13</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	232.000,00	2.820.000,00	D11	Despesa com passivos financeiros	1.500.128,90	3.929.907,13
	<b>Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>4.789.198,08</b>	<b>10.083.653,30</b>		<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	<b>4.542.803,89</b>	<b>10.277.764,10</b>

## 34. Relatório e Certificação Legal das Contas



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 30.594.342 euros e um total de património líquido de 17.591.914 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 883.263 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

---



**Sócios**  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

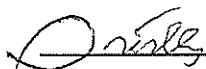
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Audítamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, a demonstração consolidada da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4.958.187 euros), a demonstração consolidada da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 4.338.085 euros) e a demonstração consolidada de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

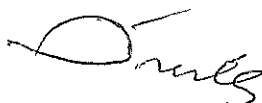
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

**Sobre o relatório consolidado de gestão**

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de Junho de 2022



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)